Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Tudo o que ele disser...

...poderá ser usado contra o próprio. Aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro dizem que deve começar a se preparar para depor no caso das joias. A ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro, que esta no Brasil, já começou a se preparar e vai defender que tudo seja devolvido à Arábia Saudita — que remeteu os presentes.

Veja bem

A posição de Michelle, de sugerir a devolução dos conjuntos, pode se tornar uma faca de dois gumes. Há o risco de que alguém do Judiciário possa concluir que era um presente pessoal, e não mimo ao Estado brasileiro, como afirma o ex-presidente.

As plataformas precisam ter responsabilidade. Sabemos que são usadas de forma nociva. Têm que ser chamadas a viver no Estado de Direito. Não é voltar ao tempo das diligências e nem viver no faroeste digital"

Da ministra do Supremo Tribunal Federal Cármen Lúcia, em entrevista, ontem, ao programa Roda Viva, da TV Cultura

Para bons entendedores...

...meia palavra basta. No mesmo programa, Cármen Lúcia defendeu o direito constitucional de Lula escolher quem achar melhor para substituir a atual presidente do Supremo Tribunal Federal, Rosa Weber, que se aposenta em outubro. Mas deixou claro que considera necessário que as mulheres ocupem maiores espaços no Judiciário.

Lula adota o desvio e Lira manda recado

Ao manter o ministro das Comunicações, Juscelino Filho, ao mesmo tempo em que o caso será avaliado na Comissão de Ética da Presidência da República, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tenta sair da linha de desgaste junto ao União Brasil. De quebra, ainda cobra fidelidade à bancada.

Só tem um probleminha: a turma do União que não deseja votar com o governo não está nem aí para o destino dos ministros. Pior: se sente bem desconfortável com a pressão exercida pelo presidente da República.

Para completar, a fala do presidente da Câmara, Arthur Lira, na Associação Comercial de São Paulo (ASCB), sobre o governo não ter base parlamentar para aprovar a reforma tributária, foi lida por muitos petistas como o seguinte recado ao Palácio do Planalto: "Não desagrade o Centrão, senão vai ficar pior".



CURTIDAS

Receita de bolo/ A bancada do União Brasil não está lá muito satisfeita com a federação entre os dois partidos ser decidida na base do quem manda em cada estado. A ideia, agora, é tentar contornar a situação elaborando uma lista de bandeiras para a federação, proposta pelo deputado Danilo Forte (União Brasil-CE).

Ed Alves/CB/DA.Press



Feminicídio em pauta/ O crescimento exponencial do assassinato de mulheres será tema do debate de hoje, do **Correio Braziliense**, de 14h a 18h. A governadora em exercício do Distrito Federal, Celina Leão, e a ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco (**foto**) — escolhida pela revista *Time*, na semana passada, como uma dos nomes femininos de 2023 —, participam da abertura.

Senadores autores/ Os senadores Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e Humberto Costa (PT-PE) autografam, hoje, o livro *A Política contra o Vírus*, com os bastidores da CPI da Covid. O lançamento será na Livraria da Travessa, do Casa Park, a partir das 19h.

PODER // Falando a empresários na Associação Comercial de São Paulo, presidente da Câmara alerta para os riscos que correm projetos que o Palácio do Planalto considera fundamentais — como a reforma tributária, que pretende aprovar este ano

Lira: base de Lula é frágil

» KELLY HEKALLY
Especial para o **Correio**

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), afirmou, ontem, que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ainda não tem uma base sólida no Congresso, cenário que dificulta a aprovação de projetos considerados importantes pelo governo. A afirmação foi em conversa com empresários na Associação Comercial de São Paulo, ao comentar matérias em tramitação entre os congressistas, como a reforma tributária.

"Ainda falta ao Planalto estabilizar uma base de apoio. O governo ainda não tem uma base consistente, nem na Câmara e nem no Senado, para enfrentar matérias de maioria simples. Quanto mais matérias de quórum constitucional", assegurou.

O alerta do presidente das Câmara lança dúvidas sobre o cronograma do Ministério da Fazenda de aprovar, ainda em 2023, a reforma tributária — apesar de estar dividida em duas etapas. A primeira, em debate neste semestre, é voltada para a implantação de um imposto único sobre consumo, o IVA. Para a segunda metade do ano, a equipe econômica pretende discutir o novo limite de isenção do Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF).

Ainda sobre a reforma tributária, Lira frisou que o grupo de trabalho que a discute deverá agilizar a construção de um texto que possa ser avalizado pelo governo para, depois, levá-lo ao Plenário — e tentar aprovar a proposta de emenda à Constituição (PEC) 45/19 com celeridade.

"O grupo de trabalho não é conclusivo, mas vai diminuir as distâncias. O objetivo é sair da dicotomia do contra e a favor", observou. A segunda parte da reforma será discutida por meio da PEC 110/19.

O grupo é coordenado pelo deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) e relatado pelo deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB). O colegiado deve encerrar as atividades em 16 de maio, segundo o cronograma apresentado na semana passada.

Ao **Correio**, a Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária (Sert), do Ministério da Fazenda, informou ter "recebido representantes de setores econômicos, assim como de outras partes interessadas na reforma da tributação sobre o consumo" — cujas sugestões e propostas serão remetidas ao grupo de trabalho, para avaliar a viabilidade de que possam ser incorporadas no texto da reforma.

Equilíbrio

Ainda aos empresários, Lira disse que espera uma proposta equilibrada sobre a nova âncora fiscal para a economia. O projeto de lei complementar sobre o tema precisa ser enviado à Câmara até agosto, conforme previsto pela PEC da Transição. "O texto da âncora fiscal terá que vir médio, equilibrado. Se não tivermos claramente um apoio de mais de 308 (deputados), ele não vai a plenário", sinalizou.

Sobre a taxa básica de juros (Selic), administrada pelo Banco Central, Lira argumentou que as recentes críticas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e de outros integrantes do governo e do PT não contribuem para a que saia dos 13,75% ao ano em que está atualmente. "Temos de deixar de falar para nossas bolhas, sejam elas quais forem", criticou.

ACSP

Lira criticou a postura de Lula, de membros do governo e do PT de atacar a taxa Selic, em 13,75% ao ano

Falta ao Planalto estabilizar uma base de apoio. O governo ainda não tem uma base consistente, nem na Câmara e nem no Senado, para enfrentar matérias de maioria simples, quanto mais matérias de quórum constitucional"

Arthur Lira, *presidente da Câmara*

Lewandowski traça perfil de sucessor

O ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), disse, ontem, que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve levar em consideração as "necessidades do país" na hora de escolher quem vai ocupar a vaga aberta com a sua aposentadoria. Ele deixará a Corte até maio, quando completa 75 anos e é obrigado a se aposentar.

"Um presidente da República eleito com 60 milhões de votos certamente saberá indicar um novo membro da magistratura, tendo em conta não só os requisitos constitucionais, mas também as próprias necessidades do País", afirmou, após ser homenageado em evento de comemoração aos 70 anos da Associação Paulista de Magistrados (Apamagis), no Tribunal de Justiça de São Paulo.

Questionado sobre a chance do advogado Cristiano Zanin assumir a cadeira que hoje ocupa, Lewandowski disse que não "ousaria" recomendar um nome e que todos os candidatos cotados até o momento preenchem os requisitos constitucionais. "Há vários candidatos, pelo menos seis outros. Ao que me consta, todos preenchem os requisitos constitucionais", disse.

O ministro lembrou que existem "filtros institucionais", como o escrutínio do Senado, para garantir que a escolha de Lula seja a "melhor possível". Lewandowski já disse que espera que o sucessor tenha "convicções firmes" e não se deixe influenciar pela opinião pública.

Ele também voltou a dizer que é a favor de mandato para os ministros de tribunais superiores como uma forma de garantir rotatividade nos cargos públicos e de oxigenar a jurisprudência. "É uma posição que sempre manifestei. Não é de hoje, não é neste momento da minha saída e nem a propósito da PEC que está tramitando no Congresso Nacional. É preciso haver rotatividade nos cargos públicos, a magistratura não pode ser diferente", propôs.

Rotulado como garantista, o ministro também respondeu sobre o punitivismo associado à Operação Lava-Jato. Lewandowski disse que o STF "vetou determinado tipo de providências" e "reviu certas decisões" com base na Constituição e sem levar em consideração dos envolvidos nos processos.

"O ministro Marco Aurélio, aposentado, dizia o seguinte: 'o processo não tem capa'. Esse conjunto de processos da Lava-Jato foi examinado pelo Supremo sempre sem olhar quem estava dentro dos autos e quem era o juiz responsável, os membros do Ministério Público, para tocar esses processos adiante", garantiu.